



Série os Economistas

Análise da teoria de John Stuart Mill, Peter Singer e a Economia Solidária

Este artigo resulta da pesquisa decorrente do pensamento de Stuart Mill, Peter Singer e a relação com o cooperativismo, que é muito presente na sociedade atual após a severa crise de 2008.

John Stuart Mill acreditava que a sociedade, gradual e espontaneamente, caminharia em direção a uma sociedade de cooperativas, em que a economia solidaria se faz presente. Nos tempos atuais, encontramos vários exemplos que são inspirados nesse modelo social, como empresas cooperativas, sites de caronas, sites em que proprietários propõe serviços em troca de serviços, e até troca de residências durante as férias. Em pleno século 21, em meio a grandes externalidades o ser humano vem buscando alternativas de cooperação para fazer face a novas transformações.

E por fim explicarei sucintamente como esta economia solidaria se estabelece, ou seja como ganha força, em meio a este capitalismo selvagem ao qual vivemos.

1- Mill e o Cooperativismo:

As idéias do filósofo e economista inglês John Stuart Mill sugere uma proposta econômica alternativa ao capitalismo e ao socialismo clássico. Segundo Mill, o sistema de produção capitalista assenta-se fundamentalmente na competição entre os agentes econômicos, sem levar em conta os graves efeitos sociais que isso gera. Para resolvê-los, é preciso deixar de lado a competição e seguir rumo a uma economia em que os participantes da atividade econômica cooperem entre si, solidariamente, em busca de uma situação que favoreça o bem comum e o desenvolvimento social da humanidade como um todo. Deste modo, ele procurava novos indicadores e novas dimensões de análises qualitativas para o desenvolvimento e bem-estar. Todavia, esses indicadores deverão ser registrados de modo atualizado e global, porque o que fazemos na nossa casa, tem impacto no outro lado do mundo. Apenas o aperfeiçoamento das instituições internacionais, das políticas públicas e da responsabilidade ética das empresas e das pessoas, poderá desenvolver o mundo.

Segundo Mill, antes de modificar ou extinguir qualquer instituição far-se-ia necessário uma análise cuidadosa da função por ela preenchida na organização social em questão e uma avaliação da possibilidade de este ser desempenhado a contento por instituições alternativas. E mais, como os elementos se articulam de uma forma diferente em cada sociedade as decisões de reforma só

poderiam ser tomadas tendo por referência estados de sociedade específicos. Deste modo, ele buscava explicar o modo como a sociedade deveria se organizar. Ele viveu um período histórico o qual a qualidade de vida operária era deprimente e a política do liberalismo econômico constrangia a população na Inglaterra.

2-O que é a Economia Solidária:

A economia solidária hoje é vista como uma inovadora geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Portanto podemos defini-la como sendo o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, organizadas com base na solidariedade, na cooperação, autogestão e viabilidade econômica.

Para Paul Singer em seu livro “introdução a economia solidária”, a economia solidária é um modo de produção paralelo ao capitalismo e seus princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (que vão de encontro aos princípios do capitalismo: propriedade privada e acúmulo de capital). E o resultado natural disso é a igualdade e a solidariedade. No entanto, a produção precisa de um mecanismo estatal de distribuição solidária da renda.

Ainda para o mesmo uma diferença bastante sutil: em uma empresa capitalista o escalonamento visa aumentar o

lucro, tendo em mente que quem toma as decisões, diretores e acionistas, é que fazem parte dele; na solidária o escalonamento é decidido pelos sócios, que têm objetivos de retiradas boas para todos e, principalmente, para maioria que recebem as menores retiradas, além do crescimento da própria empresa. Quanto à repartição do excedente anual, da qual nas empresas capitalistas é decidido por acionistas que acumulam mais capitais; nas solidárias é decidido por uma assembléia de sócios, que os destinam aos fundos de educação e investimento, e o que resta é distribuído por igual, a partir de critérios, entre os sócios

Contudo é preciso conhecer a sua origem. Tal economia surgiu praticamente depois da revolução industrial, provocado pela busca transformação imposta ao homem, com o advento da maquina e da organização fabril, com o taylorismo e o fordismo. Como já sabemos a Inglaterra foi o berço de tal revolução, que transformou através de um processo extremamente violento a massa camponesa em proletariado, submetendo tais trabalhadores a condições precárias de trabalho, incluindo mulheres e crianças.

Contudo pessoas como Robert Owen propunham diferentemente de outros mudanças e leis de proteção aos trabalhadores. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. Logo o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista.

Assim mais tarde seus discípulos começaram a pôr em prática as idéias dele, criando sociedades cooperativas

por toda parte. A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais.

Logo no meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Segundo Paul Singer:

(...)“Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX) eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício.

(In: Introdução à Economia Solidária. Perseu Abramo, 2002, p. 24-38).

Todavia ao lado deste tipo de cooperativismo sindical existia ainda a sociedades de que tinham como objetivo fundar Aldeias Cooperativas, pois organizavam integradamente produção e consumo. Dessas sociedades originavam-se freqüentemente *armazéns cooperativos* criados para empregar alguns de seus membros, tendo em vista consumir seus próprios produtos ou trocá-los por escambo pelos de outras sociedades com os mesmos propósitos.

Percebe-se que a rejeição do comércio levou as sociedades owenistas a criar os bazares ou bolsas que acabaram por polarizar boa parte da produção das

cooperativas operárias, conferindo-lhes viabilidade econômica.

Uma contrapartida seria o “clube de troca”, que cria mercado entre seus membros mediante uma moeda própria. Quando Owen voltou à Inglaterra, ele deu grande impulso a esse comércio sem intermediários, criando o (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo). Sua finalidade era oferecer a todos os cooperadores um mercado em que pudessem trocar seus produtos, sendo as trocas intermediadas por moeda própria, a moeda social a qual conhecemos hoje.

Em outubro, tendo sido sua proposta aprovada pelos construtores, Owen foi ao Congresso Cooperativo de Londres, onde propôs a criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido.

(...) “Era para ser constituída por delegados de todos os ramos organizados de atividade à base de sindicatos paroquiais, distritais e provinciais e parece que tinha por objetivo tomar toda a indústria do país do mesmo modo que os construtores se propunham a tomar a indústria de construção. Os delegados partiram comprometidos com o estabelecimento deste instrumento espantosamente ambicioso e a realização de um novo congresso em Barnsley na páscoa seguinte” (COLE, 1944, p.27-28).

Eis que surgia os primeiros vestígios do cooperativismo, como modo de produção alternativo a economia capitalista. Enfim, esta é a origem histórica da economia solidária, conhecido como “COOPERATIVISMO REVOLUCIONÁRIO”.

Já na França o grande autor foi Charles Fourier. Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu

sistema e se dispusesse a experimentá-lo. Sua idéia central era que a sociedade se organizasse de um forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção.

A idéia de que todos deveriam viver em comunidades autogeridas torna o Estado dispensável, o que faz de Fourier um predecessor dos anarquistas, como nota Gide:

“Como a nova ordem social deve se basear apenas sobre a atração, nem é preciso dizer que Fourier não pensa em empregar a força. Nunca, de fato, ele apela a legisladores, a governo, a uma autoridade, a um poder coercitivo de qualquer espécie; eu nem mesmo sei se a palavra Estado, que hoje serve para caracterizar todas as escolas mais ou menos socialistas, aparece uma única vez em seus livros. Nisso ele pertence à escola liberal mais pura – e desde que ele não reconhece nem mesmo a necessidade do Estado policial, pode-se ir ao ponto de dizer que ele pertence à escola anarquista, se este termo não se chocasse estranhamente com o seu amor à ordem e simetria” (GIDE, 1971, p.21-22).

Por fim para Singer:

(...)Owen ,Fourier e Saint-Simon, são segundo Paul Singer:
(...) os clássicos do socialismo utópico (...) O Cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro

(SINGER,2002 pág.38)

3- Princípios da economia solidária

3.1) Cooperativa: é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.

3.2) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

3.3) Associativismo: conjunto de práticas sociais, que propõem a autonomia do “nós” qualificando a cooperação entre as pessoas. Afirma um modo de agir coletivo.

3.4) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e

nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatórios; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

3.5) Clubes de Troca: Uma rede de troca é uma união voluntária de cidadãs e cidadãos que estabelecem um intercâmbio de favores usando uma moeda local ou social. Esta moeda permite a troca indireta, estável, organizada e permanente, entre pessoas que não necessariamente se conhecem. Assim pode ser criado um sistema econômico local, que complementa a economia oficial, gerando um intercâmbio de produtos e serviços que não costumam ser encontrados no mercado formal, ou os quais nem todos tem acesso.. No entanto, o Clube de Trocas pode ser enxergado como um tipo especial de cooperativa de crédito. Para que se perceba este salto, facilita pensar no funcionamento da moeda. Para que a troca ocorra, utiliza-se moeda social.

3.6) Consumo Consciente: é transformar o ato de consumo em uma prática permanente de cidadania. O objetivo de consumo, quando consciente, extrapola o atendimento de necessidades individuais. Leva em conta também seus reflexos na sociedade, economia e meio ambiente.

3.7) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Diferente da A heterogestão é utilizada por empresas capitalistas onde

poucos mandam em muitos e não há participação de todos em decisões. O poder flui de cima para baixo

Algumas cooperativas, ou empresas solidárias, são geridas pelos princípios da autogestão. Em empresas de menor porte, as decisões são tomadas por todos os seus sócios, que decidem como devem ser organizados seus processos produtivos. Empresas de grandes dimensões não fogem da tomada de decisões conjuntamente, mas são eleitos representantes que se reúnem em assembleias para tomar essas decisões por eles e por quem representam. Em um sistema de autogestão, os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos; impossibilitando uma hierarquia que impossibilite a opinião da maioria e, se não forem satisfatórios, podem ser substituídos a qualquer momento.

Uma empresa solidária administra-se democraticamente, pratica autogestão. Todos os seus sócios devem estar a par do que ocorre nela, seus problemas e possíveis soluções:

(...)“O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige.” (SINGER, p. 19)

3.8) O Comércio Justo e Solidário: compreende relações comerciais baseadas em princípios como o respeito ao meio ambiente, a igualdade entre homens e mulheres, a ética, a gestão democrática, a transparência na relação comercial e ao preço justo dos produtos comercializados. A proposta também se fundamenta na relação direta entre quem produz e quem deseja consumir, no cultivo de relações de confiança entre esses dois importantes elos da comercialização. Nesse

sentido, Feiras de Economia Solidária, Centrais de Comercialização, Clubes de Trocas, sites que ofertam produtos da economia solidária, dentre outros, são espaços cada vez mais incentivados e criados por todo o país.

O Brasil tem hoje o primeiro Sistema de Comércio Justo e Solidário do mundo reconhecido e fomentado pelo Estado, graças ao decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), realizada). Com ele será possível consolidar e ampliar as políticas públicas para o setor e tornar perenes as conquistas dos trabalhadores brasileiros, disse o presidente durante o seu discurso na solenidade. Na oportunidade, também foi assinado decreto instituindo o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas.

4) A economia Solidária no Brasil:

A economia solidária surgiu como uma resposta dos trabalhadores e das comunidades mais pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Verifica-se no Brasil, durante a última década, a crescente organização da economia solidária enquanto um movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum. No entanto é importante destacar que o Brasil já é referência mundial no assunto desde 2003, quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo Lula.

Segundo Leonardo Pinho, presidente da Central de

Cooperativas UNISOL Brasil, central afiliada à Unicopas, e presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos:

(...)com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. As competências que têm relação com a economia solidária ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país. O potencial do cooperativismo e da economia solidária no Brasil e no mundo é enorme. Dados da Aliança Cooperativa Internacional mostram que, mundialmente, três milhões de cooperativas contribuem significativamente com o crescimento econômico, com geração de empregos estáveis e de qualidade. São mais de 280 milhões de pessoas em todo o mundo trabalhando em cooperativas, o que representa 10% da população empregada. Além disso, as 300 maiores cooperativas do mundo geram US\$ 2,1 bilhões de dólares ao mesmo tempo em que proporcionam os serviços e a infraestrutura que a sociedade necessita para prosperar. No Brasil, há mais de 6,8 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos de atividades, ultrapassando 14,2 milhões de associados e gerando 398 mil empregos formais, segundo dados da Agenda Institucional do Cooperativismo 2019. E esses números podem ser ainda maiores. Isso porque o cooperativismo é uma das formas associativas de organização do trabalho, que também podem ser encontradas em associações produtivas e empresas de autogestão. Já no campo da economia solidária, conforme dados mais recentes do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), da

extinta Senaes, atualmente no Brasil, existem 19.708 empreendimentos que reúnem 1 milhão 423 mil e 631 associados, em 2.804 municípios. Estima-se que a economia solidária movimente, por ano, R\$ 12 bilhões(...)

Estes dados segundo o relato do Leonardo reforçam o avanço da economia solidária no Brasil e que o avanço de políticas públicas em prol do cooperativismo e da economia solidária têm impactos positivos na vida dos brasileiros a longo prazo.

Bibliografia:

- SPINK, P. Redes solidárias, autogestão e solidariedade. ABRAPSO, Porto Alegre, 2003.
- SILVA, M. D. O estágio na formação profissional: elementos para análise. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo n.45, p. 147-155.1994.
- SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000
- SINGER, P. Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. RJ, In: Varanda, A. P. M.;
- Cunha, P. C. 2007. SIES Brasil. Sistema de Informação em economia solidária. MTE/PEA/ANPEC, Brasília, 2005.
- SINGER, P. Introdução a Economia Solidária, SP, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SANCHEZ, F. J. B.; KRUPPA, S. M. P. Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização, 2002.